



José Gabriel Ávila \*

# Que políticas para o declínio demográfico?

*“Compete às instâncias governamentais tomar medidas, sem demora, para que as futuras gerações vivam com dignidade e saúde, desenvolvendo as ilhas onde pretendam residir.”*

2026 é o ano cinquentenário do primeiro Governo Regional dos Açores que tomou posse em 8 de setembro de 1976.

A data será convenientemente celebrada, pois constitui um marco histórico do Poder Regional Autónomo.

Não se espera que políticos e governantes a assinalem com “fogachos” e memoriais celebrativos do muito que foi feito, mas incentivando uma reflexão prospetiva sobre o futuro dos açorianos e das nove ilhas, na senda do desenvolvimento e do bem-estar que outras geografias já atingiram.

Essa reflexão será mais participada e eficaz se envolver as populações de TODAS AS ILHAS, que anseiam o crescimento solidário e equitativo.

Parece-me, todavia, estarem a ser descurados pelas entidades regionais políticas, governativas, académicas, culturais e socioeconómicas, os benefícios de se repensar o sistema autonómico e o que ele tem de válido para a participação cívica dos açorianos, no exercício do direito de pronúncia.

Nos tempos que correm, é urgente um empenhamento coletivo e o renovado interesse pela causa-pública.

Posto este introito, expressei mais uma vez, os temas que me inquietam na atualidade das nove ilhas, nomeadamente, as consideradas “mais pequenas: O Envelhecimento Demográfico e a Desertificação.

O problema perpassa por toda a União Europeia a ponto de já em 2023 o Conselho Europeu de junho, ter incumbido a Comissão Europeia de elaborar respostas que visam apoiar os Estados membros, conciliando as aspirações familiares e do trabalho remunerado, assegurando o acesso a estruturas de acolhimento de crianças e um equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar; capacitar as **gerações mais jovens** para que prosperem, desenvolvam as suas competências e tenham um acesso mais fácil ao mercado de trabalho e à habitação a preços acessíveis; Capacitar as **gerações mais velhas** e manter o seu bem-estar; e dar resposta à escassez de mão de obra através de uma **migração** legal gerida, em plena complementaridade para aproveitar os talentos da UE.<sup>i</sup>

Tratando-se de recomendações, o tema parecia estar esquecido. Isso só não aconteceu porque forças políticas de extrema direita, sob a capa de um nacionalismo isolacionista e discriminatório, fazem cavalo de batalha para impedir a entrada de emigrantes no espaço europeu.

A legislação em vigor não impede que a Europa tenha falta de mão de obra, nem que as tragédias deixem de acontecer. Todas as semanas dezenas de corpos atingem praias espanholas, para vergonha do espírito humanista que afirmamos defender.

A nível regional foi recentemente anunciado que, em 2100, a população açoriana que conta presentemente com cerca de 240 mil habitantes, terá menos 100 mil habitantes. Se nada for feito para contrariar este quadro, recorrendo à imigração, o problema do envelhecimento e do inverno demográfico terá elevadas dimensões. Segundo o INE, a taxa de crescimento efetivo, ultimamente avaliada, foi de 0,37%, a mais baixa do país, inferior à média nacional, que atingiu os 1,16%.

**O problema demográfico só raramente entra no discurso político.**

Ao contrário de outros setores da atividade humana, não existe um departamento governativo – Secretaria, Direção regional ou outra entidade com responsabilidade de coordenar ações que envolvam todo o governo na busca de soluções.

Não basta referir, pontualmente, as dificuldades provocadas pela não fixação de jovens nos meios pequenos e rurais, nem o declínio populacional daí decorrente.

É urgente os responsáveis políticos regionais e municipais e os agentes económicos estudarem os trabalhos científicos há uns anos efetuados pela equipa de sociólogos liderada pela Professora Doutora Gilberta Rocha, da Universidade dos Açores ou por académicos de outras Universidades, e tomarem decisões para atenuar os efeitos demolidores deste momentoso problema.

Os açorianos sentem a falta de gente no seu quotidiano e a causa já não está na emigração. Há falta de mão de obra para os trabalhos nos campos, para a construção civil, até para profissões mais especializadas. A economia é afetada bem como a saúde e bem-estar sem as quais agrava-se o fenómeno de rejeição das comunidades mais pequenas e isoladas.

Compete às instâncias governamentais tomar medidas, sem demora, para que as futuras gerações vivam com dignidade e saúde, desenvolvendo as ilhas onde pretendam residir.

Ficar-se apenas por mais um discurso inflamado, uma conferência, um seminário, um grupo de trabalho, é muito pouco para problemática tão complexa que também afeta outras regiões europeias. Daí a necessidade de conhecer as políticas tomadas por essas regiões, para que não se cometa erros escusados.

Os Açores, como Região-Arquipélago, carecem de pessoas e de mais gente com dinamismo para construir um futuro promissor.

É este o meu alerta no início de 2026, ano do cinquentenário do Primeiro Governo Regional Autónomo.



<sup>i</sup> [https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/new-push-european-democracy/impact-demographic-change-europe\\_pt](https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/new-push-european-democracy/impact-demographic-change-europe_pt)